



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

OS EXTREMOS DA POBREZA SÃO INCOMPATÍVEIS COM A DEMOCRACIA

DISCURSO PROFERIDO NO CIRCULO MILITAR DA CAPITAL BANDEIRANTE, A 2 DE OUTUBRO DE 1968, EM AGRADECIMENTO A HOMENAGEM DAS CLASSES PRODUTORAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

O fundo de cordialidade e compreensão deste encontro, como acabais de ver pelo sério pronunciamento do vosso orador, não exclui o tom de franqueza, sem o qual nenhum diálogo teria substância nem contribuiria para a exata avaliação dos nossos problemas, esforços e dificuldades.

DESAFIOS AO GOVERNO

Sempre pensei — e vejo com satisfação que o reconheceis — que a aceleração do desenvolvimento do Brasil constitui desafio para todos nós. Em um de meus discursos de candidato, afirmei que o desenvolvimento, destinando-se a promover o bem-estar de todos, era por isso mesmo tarefa para todos. Mais que tarefa, repito, um desafio. Desafio para o Governo, ao qual compete a realização planejada de investimentos de infra-estrutura, essenciais ao incremento da atividade produtora nacional, bem como a ordenação da vida econômica e financeira que assegure aos setores produtivos condições satisfatórias de operação e de crescimento. Mas desafio também para o setor privado, ao qual incumbe reagir aos estímulos recebidos e superar corajosamente deficiências básicas de uma economia em desenvolvimento ou distorções acumuladas no passado.

Estou certo de que enfrentamos todos com decisão este desafio, procurando vencer as limitações ao desenvolvimento brasileiro. O Governo segue uma linha firme de política econômica, através de um conjunto de medidas coerentes e coordenadas. Todos estão informados da prioridade que atribuímos e reclamamos para aceleração do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, concentramos grandes esforços à adequada execução de um programa de investimentos em setores essenciais ao progresso do País, mobilizando-se a maior soma possível

de recursos para o fortalecimento da infra-estrutura e das atividades que incumbe ao Estado promover. Bem conheceis a magnitude dos programas governamentais nos setores de transportes, energia, petróleo, siderurgia, habitação e telecomunicações, entre outros, cujos índices superam tudo quanto se vinha registrando e já propiciam o aceleramento da expansão de uma economia cada vez mais sólida e integrada. Além disso, e o que é mais importante, a política de desenvolvimento do Governo se traduz de forma evidente na condução dos instrumentos da política monetária, fiscal e de crédito, de maneira a assegurar o aumento continuado da produção nacional e da capacidade produtiva. Em sintonia, funciona uma política adequada de crédito e de preços mínimos ao setor agrícola, cujo desenvolvimento, no sentido de uma produção maior, virá ao encontro das necessidades de abastecimento das massas urbanas, e cujo aumento de renda amplia consideravelmente o mercado interno para a produção industrial. Também nessa direção tem sido orientada a política de incentivos e estímulos ao investimento e à produtividade do parque industrial, aliada a uma política flexível de crédito.

PRODUÇÃO

Essa política voltada para o desenvolvimento, ensejou ascensão contínua da produção desde o início de meu Governo, traduzindo-se, já em 1967, na taxa de crescimento do produto de 5%, nível que não era alcançado desde 1962. O comportamento da economia nos nove primeiros meses do corrente ano comprova de maneira indiscutível o acerto de nossa política econômica.

Conheceis de perto o expressivo crescimento da produção industrial, cujo índice de rendas em São Paulo já apresenta um aumento real de 27% em relação a 1967. O magnífico comportamento desse setor nos permitirá, sem dúvida, concluir o ano de 1968 com uma taxa de aumento do produto nacional bruto bem superior à registrada em 1967.

Tem o Governo, contudo, na execução de sua política econômica, um outro importante propósito, que persegue com igual pertinácia — o controle da inflação. Este é um imperativo da conjuntura encontrada pela Revolução, com a economia nacional minada e o aparelho produtivo destróado pela inflação galopante. Combatemos com rigor a inflação, não como objetivo em si, mas como condição necessária à boa execução da política de desenvolvimento.

Por isso, não faz o Governo concessões às facilidades que, a pretexto de incentivar o desenvolvimento ou atenuar as desigualdades sociais, comprometeriam as bases do progresso econômico, indispensável ao alcance da própria justiça social.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL

Não assumo, neste domínio, uma posição de oportunismo, porque oportunista não sou. Assim penso desde que, simples candidato à Magistratura Suprema, comecei a delinear perante as classes assalariadas, e diante das classes produtoras, a política a ser executada nos dois setores mais sensíveis da vida nacional. Lembro-me de haver advertido, em discurso que proferi na Guanabara em 1966, que a economia brasileira não poderia continuar desligada artificialmente da realidade natural, continuando a encarar o homem como um instrumento físico e não como um ser dotado também da dimensão psicológica. Recordo-me de que, no mesmo ano, em Niterói, fiz o apelo a trabalhadores e empresários para que se unissem ao futuro Governo da República numa «associação nacional» — expressão feliz empregada pelo Presidente Kennedy em pronunciamento ao mundo econômico dos Estados Unidos. E deve-se reconhecer agora que nenhuma classe compreendeu tanto as dificuldades gerais do País, nem correspondeu àquele apelo com maior soma de sentimento patriótico, do que a classe dos trabalhadores. Quero exaltar-lhe o comportamento exemplar e reconhecer-lhe o inestimável concurso ao processo de desenvolvimento do País. Seu sacrifício temporário não será em vão, porque para ela hão-de reverter os benefícios de uma economia vigorosa e estável, propiciadora de condições mais humanas de vida para os que não têm como compensar as oscilações violentas de preço das utilidades essenciais pelo aviltamento constante de vencimentos e salários.

Os extremos da pobreza são incompatíveis com a democracia.

«Governo, homem de empresa e massas trabalhistas em ascensão — dizia eu no discurso de Niterói — não podem desconhecer-se, esquivar-se e opor-se uns aos outros, como adversários. Devem unir-se, aglutinar-se e compor-se num só pensamento, num só sentimento, numa só força».

DESENVOLVIMENTO E INFLAÇÃO

Os instrumentos de política monetária, de crédito e salarial serão orientados, com vên sendo, no sentido de harmonizar o objetivo do desenvolvimento, com a necessidade de reduzir as taxas de inflação e mantê-las sob estrito controle.

A sensível redução do ritmo inflacionário, que caiu de 41%, em 1966, para 24,5%, em 1967, aliada à recuperação dos altos níveis de atividade econômica, encoraja o Governo a prosseguir com firmeza em sua política que propiciará o fortalecimento da economia nacional e a ampliação do mercado para a produção, favorecendo o nível de emprego e a absorção de mão-de-obra exigidos pelo crescimento da população.

O desafio do desenvolvimento nacional, requer não apenas a superação de distorções, hábitos e critérios desgastados na prolongada vivência inflacionária, mas também a satisfação das necessidades de modernização e avanço tecnológico.

As dificuldades em que se encontram, no momento, certas “empresas industriais do País são em grande parte consequência da incapacidade revelada na modernização de suas técnicas de produção. A importância do trabalho que está sendo desenvolvido pela Comissão de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio reside na solução desses problemas que deverá processar-se dentro de uma visão conjunta das repercussões em todo o sistema econômico. Sabendo-se que uma política de renovação do equipamento industrial resultará em redução do contingente de mão-de-obra empregada, a aquisição, tanto quanto possível, de equipamento produzido no País funcionará como fator compensatório. A Comissão de Desenvolvimento Industrial aprovou projetos, na vigência do atual Governo, que totalizam um bilhão, quatrocentos e quinze milhões de cruzeiros novos. A maior parte encontra-se em fase de acelerada execução, o que traduz a confiança dos empresários na recuperação do mercado.

EMPRESARIADO

Desejo assinalar a ação que vimos desenvolvendo no sentido de fortalecer a empresa nacional, conferindo-lhe melhores condições de competição e acesso ao crédito interno e externo. As relações financeiras com o Exterior e o aperfeiçoamento do sistema cambial se aliam às políticas de crédito, de desenvolvimento regional e de estímulo de natureza diversa, para o fortalecimento da empresa nacional.

É indiscutível que o Governo tem realizado esforço ingente objetivando assegurar à economia brasileira as condições para o seu funcionamento a plena carga; mas é igualmente inquestionável que o resultado dessa política depende, basicamente, do comportamento dos empresários.

O Governo tem declarado, reiteradamente, que é a favor da iniciativa privada e não tem qualquer tipo de preconceito contra o lucro, indispensável aos investimentos e, portanto, ao crescimento econômico. Esse conceito está ligado, entretanto, à função social da empresa em face do aprimoramento da comunidade e daqueles que a integram.

Tão logo desapareçam as dificuldades criadas pela demanda deficiente, diminuem os estímulos à contenção dos custos e ao aumento da produtividade. Não é possível, entretanto, admitir que um País como o nosso, ainda carente de quase tudo, tenha de restringir a utilização de seus poucos recursos, para harmonizar a política de desenvolvimento acelerado com a política de combate à inflação.

PESQUISAS

Não será possível a uma nação desenvolvimento industrial autônomo e permanente se não criar um sistema de pesquisa próprio, capaz de estabelecer técnicas compatíveis com as peculiaridades do País e as diferentes relações de custo de seus fatores de produção. Sem isso estará, inclusive desarmado das vantagens relativas que são essenciais à convivência com um mundo de competição generalizada.

Embora não se disponha de levantamento completo a respeito do que se gasta em pesquisa, é possível concluir que as somas representam proporção mínima da renda nacional, provavelmente menos de 1%, o que significa dizer que, mesmo dentro de nossas possibilidades, o esforço relativo é muito menor que o de outros Países.

O Estado ainda é, no Brasil, quase que o único financiador de pesquisas. Um levantamento realizado no ano passado, pelo Instituto Roberto Simonsen, no Estado de São Paulo, indicou que, das 1.887 maiores empresas industriais consultadas, apenas 168, isto é, menos de 10%, declararam fazer pesquisas. É verdade que a própria característica do desenvolvimento industrial do País não motivava o interesse por esse tipo de atividade. Trata-se de implantar rapidamente, um parque industrial destinado a atender ao consumo de um mercado quase exclusivo, antes suprido por importações, o que minimizava a questão dos custos relativos.

DESPESAS GOVERNAMENTAIS

Quero, também, retificar o errôneo conceito de que o Governo não se esforça para conter os seus gastos de custeio. Estamos limitando esses gastos e estabelecemos rigoroso controle sobre as despesas com pessoal e outras. Alguns aumentos têm sido originados por leis e vantagens anteriores ao meu governo.

É preciso que os empresários redobrem sua vigilância e não se deixem seduzir pelo caminho fácil do aumento dos preços. Todos aqui são testemunhas da forma cuidadosa com que temos tratado este problema, procurando auxiliá-los na análise de seus custos e restringindo, dentro do possível, o encarecimento dos insumos básicos. Este objetivo, fixado no «Programa Estratégico,» pretende dar à economia brasileira o máximo de compatibilização entre aumento de preços e desenvolvimento.

VALORIZAÇÃO DO HOMEM

Tenho a assinalar, infelizmente, que a despeito de nosso esforço, certas empresas persistem em aproveitar a expansão da demanda — e, utilizando sua posição quase monopolística, aumentam desabusadamente seus preços. Contra elas temos agido e continuaremos a agir duramente, fechando-lhes as portas do Banco do Brasil.

Não posso encarar o desenvolvimento — como reiteradamente tenho dito e muito bem acaba de observar o vosso orador — como um processo de produção de bens exclusivamente materiais destinados a uma minoria, senão como recurso para promover o bem-estar geral da população e o florescimento da personalidade humana, impossível em regime de restrição sistemática dos anseios da maioria.

Desejo, finalmente, dizer-vos do enorme esforço que meu governo está desenvolvendo para sanear o mercado de capitais e instituir uma verdadeira justiça fiscal em nosso País. Temos agido e continuaremos a agir com todo o rigor neste campo para obter dois resultados fundamentais. Em primeiro lugar, desejamos que o investimento em papéis de qualquer natureza esteja sujeito apenas às contingências do próprio mercado, sem agravar-lhe o risco pela administração temerária, dolosa ou corrupta. Este saneamento é condição básica para ampliação do mercado de capitais. Em segundo lugar, desejamos que todos os cidadãos e todas as empresas, independentemente de sua nacionalidade ou de sua importância para o mercado, paguem rigorosamente os tributos devidos. Sem este requisito elementar, não será possível coibir a concorrência desleal, que enfraquece a moralidade do mercado e, mais importante ainda, não será possível reduzir paulatinamente a carga tributária que, infelizmente, ainda pesa sobre a massa de contribuintes honestos e dos consumidores.

O empresário nacional compreenderá a profundidade dessa política e das medidas governamentais, e verá seu alcance para o esforço de construção do Brasil moderno, economicamente forte e socialmente justo, que é o sonho e o objetivo de todos nós.

CONSOLIDAÇÃO

Nosso País está em processo de consolidação industrial; deverá concluí-lo em duas ou três décadas. E o fará dentro de uma nova estrutura jurídica, social e econômica que começa a se delinear com as reformas que vêm sendo implantadas desde o Governo passado, entre as quais incluo, na primeira linha, a reforma do sistema educacional, que vamos empreender. A sociedade tecnológica exige um rompimento com os quadros tradicionais, pois pressupõe rendimentos crescentes destinados a atender às pesquisas, à renovação de máquinas e à difusão acelerada dos resultados. Em consequência, torna-se necessário superar a rotina e a burocracia administrativa. Problema difícil para um País subdesenvolvido não é apenas adquirir equipamentos para industrializar-se e modernizar sua agricultura, absorvendo «Know-how» e importando especialistas, quando necessários, mas transformar sua estrutura administrativa e sua infra-estrutura educacional, e de serviços públicos, para passar da era pré-industrial à industrial. Essa é a dura tarefa a que se propõe o atual Governo e para a qual estou certo de contar com o vosso apoio. Muito Obrigado.